

Unidos pelos créditos de carbono

Produtores gaúchos formam cooperativa para venda de ativos ambientais

Renato Villela

Pela primeira vez, produtores se uniram para formar uma cooperativa com o objetivo de comercializar ativos ambientais. Criada ano passado, a Coomysa – Cooperativa Mista Santa Bárbara, localizada no município de Santa Bárbara do Sul, região centro-norte do Rio Grande do Sul, mira a venda de créditos de carbono, além de outras modalidades capazes de gerar recursos em troca da manutenção da vegetação nativa dentro das propriedades rurais. “Queremos nos tornar um entreposto reunindo, de um lado, produtores que tenham serviços ambientais para vender e, na outra ponta, empresas interessadas em comprar”, resume Paulo Roberto Bechert, presidente da Coomysa.

Para sentar-se à mesa desse “balcão de negócios” o produtor deve apresentar suas credenciais, mostrando que sua fazenda, além de estar em dia com a legislação ambiental, tem potencial para oferecer ao mercado os ativos ambientais que almeja comercializar. Para isso, o primeiro trabalho da Coomysa junto aos cooperados é realizar uma espécie de “inventário ambiental”, onde são contabilizadas as emissões de gás carbônico da propriedade, o que envolve desde o número total do rebanho, degradação das pastagens (solo exposto), uso de insumos, até o consumo de combustíveis pelo maquinário e gastos com energia elétrica.

Do outro lado da balança está a captura de carbono. Para mensurá-la, consideram-se variáveis como a fitofisionomia (características da flora local), a área total preservada e a ocupação do solo (cultura agrícola, pastagem, reflorestamento). Segundo Débora Pasa, engenheira florestal e consultora técnica da cooperativa, para cada tipo de vegetação existe uma quantificação de carbono retido, cujos valores de referência são descritos na literatura por meio de metodologias já definidas pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) ou Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima. O inventário é realizado anualmente.

Vale destacar que o produtor pode lançar mão de estratégias para aumentar a captura de gás carbônico e/ou mitigar suas emissões, com a adoção de boas práticas culturais, como a melhora da condição das pastagens, o uso de equipamentos que emitam menos carbono, biodigestores, que queimam metano, emprego de energia renovável (solar), dentre outros.



Jorge Herter, na Fazenda Camaquã, em Bagé, que já apresenta balanço positivo

“O produtor só pode vender o estoque de carbono a partir do momento em que ele compensa suas próprias emissões”, esclarece Débora. Para o engenheiro florestal Juliano Nicolodi, que também presta assistência à Coomysa, o cooperativismo abre a possibilidade da venda de ativos ambientais para produtores de menor porte. “Muitas vezes o pequeno produtor tem um estoque baixo de carbono e, por isso, não consegue acessar o mercado sozinho. Dentro de uma cooperativa dá para fechar um pacote e oferecer a um comprador”, diz.

Projeto piloto

A Fazenda Camaquã, localizada no Distrito Palmas, em Bagé, RS, foi escolhida para capitanear o “projeto piloto” conduzido pela cooperativa. Com área de 1.600 ha, a propriedade dispõe de 900 ha de campos nativos e 600 ha de mata preservada, classificada como “estepe arborizada”, além de 100 ha de lajeado (afloramento de rocha). Dedicada à criação, a fazenda apresentou, ano passado, um balanço positivo de 317.709 toneladas de CO₂ equivalente. “O objetivo é reunir, juntamente com os demais produtores, um estoque de carbono para poder negociar com as indústrias que queiram neutralizar suas

“Queremos nos tornar um entreposto de serviços ambientais”

Paulo Bechert, presidente da Coomysa

emissões”, conta o proprietário Jorge Luiz Herter, um dos 23 cooperados que fazem parte da Coomyza até este momento.

De sistema extensivo, a propriedade tem a roçada como única intervenção na área de pastagem. “A matéria orgânica depositada sobre o solo, assim como a serrapilheira nas florestas, contribui para reter as emissões de gases”, explica Débora Pasa. Durante uma volta a cavalo, a reportagem pôde notar que a preocupação ambiental já está assimilada pela equipe. Ao observar pés de pitangueiras ainda pequenos, formando pequenos arbustos espalhados pela área de pastagem, questionei o campeiro Danilo da Silva Oliveira se não seriam roçados. Com a polidez característica dos homens da fronteira, ele respondeu: “Não, Senhor Renato. Essas árvores a gente deixa por causa do carbono”.

Para o ano que vem, o produtor Jorge Herter, que toca a propriedade com o irmão Carlos Herter, pretende enriquecer uma parte do seu campo nativo com o plantio de azevém e trevo branco. “Vamos semear por sobre a pastagem, sem revolvimento do solo”, diz o produtor. Com a melhoria da pastagem, que passará a receber animais de recria, a expectativa é aumentar o estoque de carbono. Além disso, também está prevista a instalação de painéis solares, estratégia para mitigar as emissões. “Quero que a energia consumida pela fazenda seja 100% limpa”, afirma.

O produtor faz questão de ressaltar que tem incorporado soluções sustentáveis em seu modelo de produção, como o uso da homeopatia no sal proteinado para o controle do carrapato, problema grave na região. “Consegui reduzir o número de banhos carrapaticidas de 16 para 4 nos meses de verão. É bom para o meio ambiente, para os animais e os funcionários”, lista.

CPR verde

Com a comercialização de créditos de carbono ainda não regulamentada no País e a falta de certificadoras – existem somente quatro no mundo, das quais apenas duas estão atualmente em operação –, a Coomyza procurou a UFSM – Uni-



Pasto de azevém é alternativa para aumento do estoque de carbono no solo

versidade de Santa Maria, para cancelar sua metodologia de medição de emissões e captura de gás carbônico (*veja o quadro abaixo*). Enquanto aguarda pela consolidação desse mercado, a cooperativa enxerga na Cédula de Produto Rural Verde (CPR verde) uma forma de dar início à venda de ativos ambientais.

Criada pelo decreto no 10.820/2021, a CPR verde é um instrumento para o pagamento por serviços ambientais, um título de crédito semelhante à CPR tradicional, em vigor desde 1994, a qual o produtor já está habituado. A diferença entre elas é que, enquanto na CPR tradicional o produtor é responsável por entregar um produto agrícola ou pecuário, na CPR verde ele se compromete a preservar o meio ambiente em troca de recursos financeiros. Paulo Bechert explica que o produtor pode emitir CPRs relacionadas à redução de emissões de gases do efeito estufa, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal, conservação de recursos hídricos, dentre outros benefícios ao ecossistema.

“Uma empresa que tenha passivos ambientais ou queira se tornar carbono neutro, por exemplo, pode comprar o estoque de carbono da propriedade”, afirma. Outra via prevista é a de “conta garantida”. Nela, a empresa deposita um montante do serviço acordado e o produtor saca determinado valor, ano após ano, depois de comprovar as práticas de conservação. Existe ainda a possibilidade de usar a CPR para realizar melhorias na propriedade. “Neste caso, o produtor emite a CPR e entrega no banco, pega um empréstimo e depois paga com juros subsidiados”, afirma. ■

COM A CHANCELA DA UNIVERSIDADE

Para validar as emissões e o total de carbono estocado dentro do projeto piloto na Fazenda Camaquã, a Coomyza buscou apoio junto à UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. “Nosso papel foi avaliar se ambas as medições estão de acordo com as melhores práticas e metodologias indicadas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, assim como os mecanismos que hoje são utilizados no mercado voluntário de carbono”, explica o enge-

nheiro florestal Jorge Antônio de Farias, professor e pesquisador na área de Ciências Florestais da UFSM.

De acordo com ele, após visita à propriedade, onde foram coletados dados do sistema produtivo e de toda estrutura de manutenção operacional, a UFSM está trabalhando na elaboração do documento de certificação do inventário. “Estamos na fase de validação do relatório da Coomyza que estabeleceu o superávit de carbono, que é o que

será comercializado”, informa. Para o professor, temas que há dez anos eram incipientes, como o pagamento por serviços ambientais e sistemas agroflorestais, atualmente estão na pauta e merecem toda a atenção da academia. “A universidade deve estar permanentemente conectada com a sociedade, atenta às suas demandas. Dessa forma podemos qualificar nossas pesquisas e, principalmente, nossos pesquisadores”, finaliza.